



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12450 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL:
repercussão na rede pública municipal de Santa Cruz Cabralia/BA

Alexandra Alves dos Santos - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

Emilia Peixoto Vieira - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: repercussão na rede pública municipal de Santa Cruz Cabralia/BA

1 INTRODUÇÃO

Este texto, tem como objetivo apresentar estudos iniciais a respeito da percepção das professoras da educação infantil de duas instituições públicas do município de Santa Cruz Cabralia/BA, a respeito das políticas públicas de formação continuada para professores(as) da Educação Infantil adotadas pela rede pública municipal, em suas práticas pedagógicas. É uma pesquisa em desenvolvimento no Mestrado Profissional em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

A iniciativa em entender as percepções das docentes (gestoras, coordenadora e professoras), como compreendem e se apropriam sobre o seu processo formativo, a partir das possibilidades que lhes são ofertadas pelas políticas de formação de professores municipal, está interrelacionada com as demandas concretas da realidade docente da educação infantil assim como de uma prática pedagógica essencial para as crianças de 0 a 6 anos de idade. Além disso, outro fator, não menos importante, é a incumbência da União, conforme Art. 9º, IV, "estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil [...], que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum" (BRASIL, 1996). Pressupõe, nesse sentido, pensar uma política que atendam as demandas dessa etapa. Nesse

sentido, questionamos: Como as docentes da rede pública municipal de Santa Cruz Cabrália/BA percebem as políticas de formação continuada de professores para a Educação Infantil em suas práticas pedagógicas?

O percurso teórico-metodológico é guiado pela abordagem crítica e dialética da análise da realidade (CURY, 1987), compreendendo o fenômeno da educação da rede pública municipal de Santa Cruz Cabrália/BA e sua relação com a totalidade. O estudo perpassa pela análise das categorias da dialética: contradição, totalidade, reprodução, hegemonia, mediação, e práxis para o entendimento das políticas de formação continuada para Educação Infantil no Brasil, suas repercussões no município e como se concretizam no contexto escolar.

Segundo Arretche (2001),

a implementação é, de fato, uma cadeia de relações entre formuladores e implementadores, e entre implementadores situados em diferentes posições na máquina governamental. Isto implica que a maior proximidade entre as intenções do formulador e a ação dos implementadores dependerá do sucesso do primeiro em obter a adesão dos agentes implementadores aos objetivos e à metodologia de operação de um programa (ARRETCHÉ, 2001, p. 49).

Isto significa dizer que, as pessoas que pensam e formulam as políticas são diferentes daquelas que a implementam.

Como metodologia, utilizamos a Pesquisa-Ação, na perspectiva de Thiollent (1986), cuja característica se organiza dentro da possibilidade de coleta de dados, mas ao mesmo tempo, de investigação-ação. Empregamos técnicas e diretrizes, aliadas a Pesquisa-Ação, como questionário e a observação para coleta de informações/diagnósticos, para os encontros/diálogos com as docentes (Pesquisa aprovada pelo Conselho de Ética e Pesquisa – CEP. Parecer nº CAAE 53210221.1.0000.5526.). Nos encontros/diálogos, analisamos, resultados das informações fornecidas pelas participantes no questionário, colocando-as no centro dos debates, na reflexão permanente e coletiva, fomentando a compreensão da realidade para a busca pela transformação, emancipação e a *práxis* (VÁZQUEZ, 1968).

Devido ao limite do presente texto, demarcamos nossas discussões na análise das informações de algumas respostas fornecidas pelas docentes ao questionário, problematizando com as discussões que realizamos no primeiro encontro-diálogo, onde buscamos compreender as percepções das docentes acerca das formações continuadas para a Educação Infantil implementadas no município de Santa Cruz Cabrália/BA, levando em consideração o objetivo geral pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Fundamentadas na perspectiva crítica e dialética da realidade, sem perder a concepção do movimento e das contradições da realidade analisada, o percurso metodológico da pesquisa foi didaticamente estruturado em etapas de trabalho.

Partimos da construção do estudo do aporte teórico-metodológico da pesquisa, que constitui-se com a primeira etapa da investigação, que foi/é imprescindível para o envolvimento da pesquisadora no processo de autoformação, implicando-se no entendimento do fenômeno estudado para organização e desenvolvimento da pesquisa.

Posteriormente, realizou-se visita à Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz Cabralia/BA, para acesso de documentos municipais das formações continuadas para professores(as) da Educação Infantil, entre os anos de 2008-2022, implementadas no município.

Na sequência, efetivamos visitas às instituições (creche e pré-escola (crianças de 2 a 5 anos de idade), *lócus* da pesquisa, para a observação da organização do trabalho e das práticas pedagógicas das participantes da pesquisa, problematizando com a formação ofertada pela rede pública municipal. A finalidade das observações foi/é construir um banco de informações empíricas, constituídas do fazer pedagógico das participantes para dialogar com as análises das respostas cedidas ao questionário e para ser discutidas nos encontros-diálogos.

A próxima etapa de trabalho foi a aplicação do questionário às 15 docentes (11 professoras, 01 coordenadora, 02 gestoras), tendo retorno de 100% de participação das duas instituições. O questionário foi aplicado entre 05 e 25 de maio de 2022.

Apresentamos algumas análises da parte do questionário que dispõe dos aspectos pertinentes ao processo formativo das docentes, como a participação nas formações ofertadas pela escola, avaliação sobre o processo formativo, pontos positivos e negativos das formações, solicitação de sugestões sobre o processo formativo, conhecimento de documentos legislativos direcionados à Educação Básica e à Educação Infantil.

Os encontros/diálogos, etapa em andamento, são momentos para discussões, reflexões e interpretações das informações coletadas sobre a implementação das políticas de formação continuada para Educação Infantil no município. Para garantir o anonimato das participantes na pesquisa, as identificamos com nomes de pedras preciosas.

Na próxima seção, apresentamos considerações que evidenciam algumas percepções das docentes referentes às políticas de formação continuada implementadas em Santa Cruz Cabralia/BA, destacados pelos questionários respondidos, e problematizados com os encontros-diálogos já realizados com as docentes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A quarta parte do questionário, “Sobre Formação Continuada de Professores implementadas no Município de Santa Cruz Cabralia/BA, no período entre 2008-2021”,

consta de 29 questões abertas e fechadas. Selecionamos algumas questões e focamos nossas reflexões nas análises suscitadas a partir das informações do questionário.

Ao questionar as docentes sobre a “participação na escolha e/ou adesão das políticas de formação continuada para a Educação Infantil implementadas no município”, pedimos que esclarecesse a resposta.

Os resultados mostram que das 15 respondentes docentes, 11, ou 73% não participam ou participaram na escolha ou adesão das formações continuadas ofertadas pela Secretaria de Educação, e 4, ou 27% relatam que em “Às Vezes” puderam opinar nessas escolhas.

Nas explicações das respostas, as docentes retratam passividade quanto à participação nas decisões no seu processo formativo, bem como a imposição hierárquica das políticas de formação continuada para a Educação Infantil implementadas no município. Essa realidade foi confirmada, quando discutimos essas questões no primeiro encontro.

Mas, era assim mesmo! Tem um curso, tipo assim: ..., mandaram ordem: vão participar da tal dia, tala hora, tal local e pronto, só isso! E a gente ia. Então, no meu entender foi isso aí, eu não escolhi que eu queria daquele jeito o curso. Tipo assim, eu poderia escolher outro tipo de curso, não exatamente daquele jeito que foi ofertado (Safira).

Seria válido é... saber quais são as dificuldades dos professores, no caso, se é direcionado para os professores, eles teriam que saber primeiro quais são as dificuldades nossas, para depois oferecer o curso. É minha ideia, não chegar e empurrar e pronto, só para constar lá que fez o curso (Quartzo).

É imposto, né? No mínimo dar escolhas. Se não é possível decidir tudo, dê escolhas, que aí o professor tem como votar o qual ele quer fazer, né? Aquele que atenda de melhor forma as suas necessidades em sala (Quartzo).

Quando analisamos os documentos legais, esses ressaltam a importância da formação continuada planejada e realizada pelos/nos centros de formação de estados e municípios, bem como pelas instituições educativas: “Tem que partir da nossa realidade” (Pérola).

Corroborando com essas reflexões, Kramer (2006), afirma que,

As políticas de formação engajadas na emancipação e na construção da cidadania precisam, sobretudo, garantir as condições para que as práticas desenvolvidas sejam entendidas com práticas sociais, e seus atores (adultos e crianças) sejam percebidos como sujeitos autores dessa prática (KRAMER, 2006, p. 25).

Depreende-se dessas respostas que os contextos reais e concretos das docentes pouco são considerados no planejamento das formações. Salientamos que, não desconsideramos as prerrogativas do Estado na formulação e implementação das políticas de formação, como disposto na LDB de 1996, mas, reconhecemos a importância das docentes de serem ouvidas e valorizadas em suas necessidades e saberes.

As respostas das docentes colocam em pauta a relevância da gestão democrática e participativa, da “escuta” sensível dos profissionais, de suas demandas para a discussão de uma proposta de formação continuada que reverbere em uma práxis pedagógica, alicerçada na

coletividade e nos princípios democráticos. Como ressalta Kramer (2008, p. 445), “se o processo de formação não está aberto à criação, à inovação e à participação dos atores, fica difícil sustentar um conhecimento com sentido para os professores e para as crianças”.

Outra questão que trazemos para a discussão é sobre a participação delas nas formações implementadas no município. Conforme os resultados, o curso que mais teve participação foi o “Ação do Brasil Carinhoso”, totalizando 9 indicações, seguida do “Formar em Rede” e da “Construção do Referencial Curricular”, todos com 6 indicações. Esses dados revelam uma tímida participação nos cursos. Nas respostas das professoras no primeiro encontro, outras justificativas surgiram:

Mas, aqui da educação infantil ninguém foi. Não foi pra gente, foi só para... a ... é ... no caso de... se eu não me engano, só foi para o 1º ano ao 5º ano... aqui ninguém entrou, aqui ninguém entrou (Safira) (Referindo-se ao Curso PNAIC).

É o meu caso... que estávamos como auxiliar de classe, muitas vezes não podiam ir, era só para professor (Aquamarine).

Ao analisar as temáticas dos cursos ofertados, encontrados nos documentos da Secretaria de Educação, dos quatro cursos ofertados, três deles tratam de aspectos relacionados a "Cultura Escrita" “Conceitos e metodologias” e “Ciclo de alfabetização”. Essas discussões pouco condiz com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2009), que propõe a garantia de uma prática pedagógica considerada essenciais ao atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Com essas respostas, percebe-se que os programas de formação de professores ofertados pelo município ainda são direcionados por uma concepção de Educação Infantil com foco na escolarização e priorização da antecipação da alfabetização. Concepções que precisam ser confrontadas com os subsídios legais e científicos para superação desses modelos tradicionais de atendimento às crianças de creches e pré-escolas.

Os resultados, têm indicado para a necessidade de maior clareza sobre concepção de políticas formação continuada direcionadas à Educação Infantil; falta de continuidade e acompanhamento das formações continuadas implementadas no município, a partir do contexto de cada instituição; aprofundamento no conhecimento dos documentos nacionais e municipais sobre a Educação Infantil, concernente, inclusive, sobre a Organização do Trabalho Pedagógico (concepção de criança, infância e educação infantil, currículo, rotina, cotidiano).

4 CONSIDERAÇÕES

Os resultados iniciais apontam para a importância do protagonismo docente, como sujeito autor da discussão do seu processo formativo, da valorização e autonomia profissional em decisões e ações educativas, do fortalecimento da identidade profissional e na avaliação

das implementações de políticas educacionais, especialmente aquelas que dizem respeito ao trabalho a ser desenvolvido e de uma prática pedagógica considerada essenciais ao atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade.

As respostas ao questionário, problematizadas nos encontros-diálogos com as docentes, têm oportunizado discussões acerca das políticas de formação continuada para a Educação Infantil no município, e levantado possibilidades de tomada de consciência, avançando no grau de consciência que, conforme Vasquez (1968), reverbera nas possibilidades de mudança de concepções e posturas. Para além do alcance dos objetivos da pesquisa, a continuidade das discussões, nos encontros-diálogos com as docentes, abrangerão além das reflexões das informações ao questionário, como também, de possibilidades apontadas por/com elas para a construção de um Plano de Ação capaz de influenciar a política de formação continuada municipal, considerando as vozes dos sujeitos (docentes) que fazem a política no contexto escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, M. T. da S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. do C. B. de. (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUCSP, 2001. p. 43-56 .

BRASIL. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. **Lei nº 9394, de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF, 1996.

CURY, C. R. Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

KRAMER, Sonia. (Org.). **Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2008.

_____, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Educ.& Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1986

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.